

Arquivos: relações de poder e sensibilidades

Entrevista com:


Philippe Artières

Historiador e pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS).
Paris, FRANÇA
ph.artieres@wanadoo.fr

Entrevista concedida à

Viviane Borges


Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.
Florianópolis, SC – BRASIL
lattes.cnpq.br/7894211226879077
vivianetborges@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-7576-7789

Fernando Salla

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.
São Paulo, SP – BRASIL
lattes.cnpq.br/9106641700554750
fersalla@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-3302-4573

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180316422024e0401>





Philippe Artières é historiador e pesquisador do CNRS no Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain (IIAC) da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Defendeu sua tese de doutorado em 1996 sob a orientação de Michelle Perrot e desde então tem

se dedicado ao estudo dos escritos ordinários de pessoas comuns dos séculos XIX e XX. Presidente do Centro Michel Foucault desde 1995, é um dos maiores especialistas no pensamento foucaultiano. Os “arquivos” tornaram-se seu objeto de estudo, e especialmente as práticas arquivísticas comuns dos anônimos, que ele chamou de “arquivos menores”. Dedicou-se à história contemporânea da escrita, investigando as diferentes formas de escrever a história, em colaboração com outros colegas. Seus estudos problematizam a relação entre narrativa histórica e literatura, a extensão das fontes à escrita autobiográfica e o trabalho de alguns pesquisadores que experimentam outras formas de escrever a história: narrativa, experiências de escrita, publicação de arquivos, exposições e documentários radiofônicos.

A entrevista¹ aqui apresentada foi realizada presencialmente e por escrito, durante dois encontros (em 20 de janeiro e 14 de fevereiro de 2024) e por meio do envio de perguntas por e-mail, e provoca um debate atual sobre as fontes, a escrita autobiográfica, os arquivos e o pensamento foucaultiano.

¹ Entrevista realizada originalmente no idioma francês e traduzida em português por Fernando Coelho (<http://lattes.cnpq.br/8031229445550956>)

Tempo & Argumento: Como foi sua trajetória acadêmica desde o início de seus estudos universitários?

Philippe Artières: Minha formação é a de muitos/as acadêmicos/as franceses/as. Realizei uma formação multidisciplinar em nível superior com ênfase em filosofia, mas tendo um forte interesse pela literatura. Foi assim que acabei fazendo mestrado em filosofia, orientado pela filósofa Anne Fagot-Largeault e pelo escritor Philippe Lejeune. Quanto à minha tese de doutorado, a conselho dessa especialista em autobiografia, perguntei à historiadora Michelle Perrot se ela aceitaria orientar meu trabalho. Ela recebeu minha solicitação com muita gentileza e generosidade, e eu tive a felicidade de fazer meu doutorado em história sob sua supervisão. Michelle Perrot não deixou até hoje, o que às vezes acontece na França, de estar sempre disponível, sempre ouvindo, sempre com uma atenção infinita. Devo acrescentar que, durante a escrita de minha tese e em seguida, trabalhei, graças a ela, em uma comissão de ética no Conselho Nacional da AIDS. A história do tempo presente vinha ao nosso encalço. Esse trabalho paralelo me levou a me capacitar em outra área, a da saúde e, em particular, a da saúde pública. Finalmente, na mesma década de 1990, participei de várias atividades de arquivamento, em particular os arquivos de Michel Foucault (no Centro Michel Foucault).

Acrescento que, em retrospectiva, foi decisiva a participação tanto nos estudos sobre genética textual (Institut des Textes et Manuscrits Modernes), quanto no acompanhamento da recepção global de um pensamento como o de Michel Foucault.

Tempo & Argumento: Como os escritos ordinários se tornaram uma preocupação em sua carreira?

Philippe Artières: Michelle Perrot, como disse, foi importante para mim, desde muito cedo, por seu trabalho sobre a história da vida privada e a história da intimidade, considerando-se os escritos pessoais como fontes, mas também como objetos para a história. As correspondências e diários, que até então eram muito “suspeitos”, entraram assim na história contemporânea graças a ela. Duas outras disciplinas começaram a se interessar por esses escritos pessoais. Por um lado, nos estudos literários, como já disse, os escritos de si mobilizam pesquisadores. Philippe Lejeune passou a estudar não só os

textos de escritores (Rousseau, Leiris, Sartre etc.), mas também os escritos autobiográficos de pessoas anônimas, especialmente mulheres. No início da década de 1990, Lejeune, juntamente com Chantal Chaveyriat-Dumoulin, fundou uma associação para a defesa desse patrimônio autobiográfico (APAPA). Ele imediatamente me incluiu nessa aventura e eu fiquei responsável pela revista *La Faute à Rousseau* durante dez anos. Ao mesmo tempo, o antropólogo Daniel Fabre inventou a noção de escrito ordinário e lançou um vasto programa coletivo de pesquisas que acompanhei antes de me juntar a ele quando ingressei no CNRS em 2000. Estes são três elementos decisivos na minha abordagem dos escritos. Michelle Perrot, Philippe Lejeune e Daniel Fabre consideram os escritos como objetos e práticas.

Tempo & Argumento: *Você pensa que suas pesquisas podem ser entendidas também como parte das preocupações da história do tempo presente?*

Philippe Artières: Embora minhas pesquisas se concentrem inicialmente no período 1870-1914, parece-me que elas se cruzam com a história do tempo presente ou, mais precisamente para inscrevê-la em uma perspectiva foucaultiana, com uma história do presente. A história dos escritos que tento esboçar há vinte e cinco anos não cessa de se cruzar com questões muito contemporâneas, como a da alfabetização, mas também com modos de subjetivação, margens, minorias... Foi assim que, com Gilles Cugnon, Catherine Violet, Janine Pierret, Françoise Loux e Stéphane Abriol, fundamos a associação Sida-Mémoires para recolher os arquivos de pessoas que vivem com HIV. É claro que podemos considerar que a revolução digital mudou radicalmente nossa relação com os escritos e sua prática, mas o que observo é que certamente os suportes mudaram, mas questões idênticas se colocam: as das normas, por exemplo. Além disso, parece-me que estamos mais do que nunca numa sociedade da palavra escrita. Nunca houve tanta escrita como hoje, e o poder da palavra escrita nunca foi tão forte.

Tempo & Argumento: *Quais são suas principais referências teórico-metodológicas?*

Philippe Artières: Eu diria que reivindico um legado foucaultiano, sabendo muito bem que não faz muito sentido dizer isso, pois não há escola foucaultiana. Digamos que a leitura de Foucault, de seus livros e depois de seus *Ditos e Escritos* me forneceu uma formidável “caixa de ferramentas” à minha disposição. As pesquisas de Foucault são muito estimulantes, especialmente para os historiadores da prisão: *Vigiar e Punir* ou *Eu, Pierre Rivière...* Foucault também abriu uma nova possibilidade de pensar o poder; talvez isso seja o mais importante do ponto de vista teórico: não pensar mais com as categorias marxistas de dominação e alienação, mas com as das relações de poder. Esse poder do qual não podemos escapar, que está em toda parte, também é muito inventivo para Foucault. Produz dispositivos, discursos, arquiteturas...

Tempo & Argumento: *A França tem uma das mais notáveis tradições de estudos no campo da História. Como você avalia o cenário francês atual e como situa sua produção dentro desse cenário?*

Philippe Artières: Pertencço a uma geração formada por historiadoras/es que realmente revolucionaram a disciplina: já mencionei Michelle Perrot, que, na perspectiva de uma história social, iniciou em grande medida a entrada de novos atores na história: principalmente prisioneiros e mulheres. A história tornou-se a história dos anônimos. Com ela, mas também com Arlette Farge e Michelle Zancarini-Fournel, novas frentes se abriram. Devo também enfatizar que a obra muito erudita de Roger Chartier e, em particular, a maneira como ele trabalha a literatura (Molière, Shakespeare, Goldoni, Cervantes) para pensar a cultura escrita no período moderno é muito importante porque, novamente, essas obras e os métodos que ele emprega permitem, devo dizer, uma relação inédita com os textos literários. Graças a eles a história é muito abundante na França. Um dos lugares de efervescência são os arquivos. Estamos cada vez mais envolvidos com os acervos, e sobretudo por iniciativa de Yann Potin ou de Sophie Coeuré desenvolve-se uma história dos arquivos, não só da instituição, mas do arquivamento, das espoliações etc. Quero acrescentar que a história é tão rica graças a pesquisadores como Patrick Boucheron, graças a

quem, e com quem, a história da França se tornou global. A publicação do livro coletivo que ele organizou para a editora Editions du Seuil (*Histoire mondiale de la France*) foi um verdadeiro acontecimento, assim como sua entrada no Collège de France. Patrick Boucheron, com sua cátedra de História dos Poderes, afirma tanto uma filiação foucaultiana, quanto, ao mesmo tempo com um conjunto de pesquisadores pós-coloniais como Pierre Singarvelou, põe em questão a narrativa histórica nacional. Há uma dimensão política inegável que é muito útil e necessária.

Tempo & Argumento: Atualmente, em que consiste seu programa de pesquisa?

Philippe Artières: Continuo essa história da escrita contemporânea, pois é um projeto muito recente e de enorme riqueza, ainda que tenha ganhado força na sociologia, particularmente com Jean-François Laé, com quem colaboramos muito. Atualmente estou trabalhando em arquivos muito contemporâneos: o do GISTI. O Grupo de Informação e Apoio aos Trabalhadores Imigrantes, fundado em 1973, é uma associação de advogados que auxilia e aconselha estrangeiros que tenham problemas com a legislação que regula a sua presença no território nacional. Meu foco são as cartas recebidas pelo GISTI e escritas por essas pessoas em situação de fragilidade e grande precariedade – muitas vezes ameaçadas de serem expulsas da França. São escritos de urgência, mas também cartas autobiográficas: em poucas linhas, essas pessoas resumem suas vidas. Tenho outros projetos em andamento, em especial sobre o uso da imagem fotográfica como escrita de si: a partir dos anos 1950, as câmeras se popularizaram e desde então todos escrevem com imagens. Até agora, no entanto, a história prestou pouca atenção a essas fontes, exceto como ilustrações.

Tempo & Argumento: Sobre o célebre ensaio “Arquivar a própria vida”, que fez 25 anos em 2023, você faria alguma atualização para o que significa esse arquivamento nos dias hoje, pensando, por exemplo, nas três forças que motivam as pessoas a arquivarem a própria vida (a injunção social, as práticas de arquivamento e a intenção autobiográfica)? seriam as mesmas nos dias de hoje?

Philippe Artières: Este artigo é o resultado de um encontro muito agradável e intenso com colegas brasileiras/os. De fato, as coisas mudaram muito desde 1997. Poder-se-ia enumerar essas mudanças que não se devem apenas aos desenvolvimentos tecnológicos. Limitar-me-ei a duas observações: uma sobre o arquivamento; a segunda sobre as injunções. Há vinte e cinco anos, a palavra arquivamento era específica de um círculo de iniciados: hoje todos convivem com essa palavra diariamente: é preciso “gravar”, “salvar”, “arquivar” ou “deletar”... “esvaziar a lixeira”... Acima de tudo, vivemos em locais cada vez menos adequados à conservação e já não mantemos uma “casa de família”: jogamos fora, doamos, vendemos para os móveis usados. Trata-se de abrir espaço, de abrir espaço para nós. O grande paradoxo é que a injunção autobiográfica é muito grande. Cada um/a reivindica uma identidade particular com sua própria história. A *selfie* é uma prática exemplar desse ponto de vista. Tem-se até a impressão de que o ato de conservação precede a experiência do evento. E, além disso, esses “arquivos de si” são imediatamente compartilhados. Não produzir “arquivos” é mal visto. Na literatura, é flagrante: um autor tem necessariamente arquivos da vida (rascunhos, cartas, cadernos etc.). A injunção autobiográfica é uma promessa de posteridade. No entanto, em nosso mundo tão incerto, “sobreviver a si mesmo”, sobreviver ao seu desaparecimento deixando um rastro torna-se um imperativo.

Tempo & Argumento: Sobre a noção de arquivo no tempo presente. Você percebe uma “virada”, ou uma mudança na percepção sobre a noção de arquivo no contexto das discussões trazidas pelos estudos pós-coloniais? Como você definiria arquivo no tempo presente?

Philippe Artières: Até agora, em nossa entrevista, falei sobre arquivos sem especificar o que quero dizer com isso. Eu me coloco do lado dos arquivistas: somente há arquivos como resultado de um processo mais ou menos elaborado, mais ou menos institucionalizado, que consiste no ato de arquivar. Arquivar é escolher preservar. O que frequentemente é chamado de arquivo são documentos, “velhos papéis” e nada mais. No entanto, os estudos pós-coloniais, assim como aqueles sobre a história das instituições arquivísticas, mostram em que medida o ato de arquivar é permeado por relações de poder (ou seja, relações da política), mas também por sensibilidades. Esquecemos com frequência que os arquivos são, acima de tudo, os do Estado: os

arquivos públicos. A dificuldade que enfrentamos hoje é escrever a sua história a partir desses arquivos do poder, que muitas vezes são os únicos vestígios que nos restam dos “dominados”, dos “vencidos”. Para mim, isso só corrobora a convicção de que a narrativa histórica é sempre fragmentária e é sempre a dos mais fortes. “A história em partes iguais” é capaz de contrariar um pouco essa tendência, mas escrever a história sem os arquivos da dominação é um objetivo, o que pode também apresentar um risco: o de sugerir que a memória não está enredada em lógicas políticas, que ela é anistórica.

Tempo & Argumento: Fale de suas pesquisas e seu envolvimento com o Centro Michel Foucault. Você evoca os arquivos que Foucault acumulou no contexto do GIP. Você também fez um apelo público sobre as Memórias da AIDS e os arquivos pessoais dos doentes. Como este trabalho se desenvolveu?

Philippe Artières: Um dos caminhos possíveis para introduzir a polifonia na história vindoura são, como muitos/as arquivistas e historiadores/as estão trabalhando hoje para constituir, - ao lado do culto a grandes figuras (que ainda é muito presente, querendo ou não), ao lado da paixão pelos arquivos dos “heróis” - os “arquivos menores”, como gosto de dizer. Em relação à história da AIDS, esse fato é óbvio: é claro que os arquivos dos cientistas que isolaram e depois descreveram o vírus pela primeira vez em 1983 são muito importantes, mas onde estão os prontuários médicos das pessoas que morreram de HIV no Hospital Geral de Porto Príncipe, no Haiti? Há uma divisão muito grande entre os arquivos acadêmicos e os de homens e mulheres comuns. Isso não significa que devemos conservar tudo (o que não é desejável por razões de custo, mas também porque a conservação excessiva tem efeitos sobre nosso futuro, especialmente por suas consequências ambientais). No entanto, e tem sido cada vez mais assim, os arquivos de coletivos e associações estão recebendo cada vez mais atenção. Os arquivos privados não são mais apenas de um indivíduo, mas de um grupo. Alguns/mas ativistas dirão, e com razão, que isso não é suficiente, mas me parece que é uma questão coletiva que deve ser debatida coletivamente no espaço público: que memória queremos do nosso presente?

Tempo & Argumento: *Michel Foucault revolucionou diversos campos do saber e trouxe para o debate público e acadêmico as práticas punitivas, os ambientes prisionais, a vida dos presos, entre outros aspectos. Como você vê as contribuições do pensamento de Foucault diante das tendências e novas formas de punição (supermax, monitoração eletrônica etc.) que emergiram desde o seu desaparecimento?*

Philippe Artières: Sou muito pessimista. Hoje Robert Badinter, advogado, jurista e ministro, está morto. Quando se tornou presidente do Conselho Constitucional (a mais alta autoridade jurídica da França), ele colocou um retrato de Foucault em seu escritório. Quando era ministro da Justiça, no início dos anos 1980, tentou mudar a política carcerária. No entanto, nunca houve tantos presos nas prisões francesas (mais de 76 mil pessoas) como hoje. A prisão não está mais na agenda política e tampouco é um foco de luta. O que o GIP consegue fazer é trazer a prisão para o presente ao fazer uma pergunta muito simples: o que é a prisão? Quem vai para ela? Como se vive lá? É preciso admitir que hoje a maioria dos/as cidadãos/ãs não sabe nada sobre a vida na prisão e não têm representações além das de séries norte-americanas. Pior, o presídio não tem o histórico, e os presos também não. De vez em quando, um escândalo irrompe, mas agora, e isso é significativo, na maioria das vezes é para “denunciar condições de vida que são boas demais”, melhores do que as da população em geral. A privação de liberdade, a promiscuidade e a detenção arbitrária não estão em questão. Apesar dos esforços e do trabalho do Controle Geral dos Locais de Privação de Liberdade ou de uma ONG como o Observatório das Prisões, ninguém considera que prender pessoas por meses ou anos seja “intolerável”. O movimento anticarcerário é menor. Além disso, como os pesquisadores observaram, a pulseira eletrônica é mais uma extensão do domínio prisional do que uma limitação. Numa palavra, Foucault tornou-se um clássico e não mais uma ferramenta, uma alavanca para as lutas a serem travadas.

Tempo & Argumento: *Fale sobre o processo de escrita da obra *Le Livre des vies coupables: autobiographies de criminels* (2000). Como você teve essa ideia e quais foram suas motivações?*

Philippe Artières: Este livro, que é a segunda parte da minha tese (sendo a primeira *La Clinique de l'écriture*, publicada pela Editions de la Découverte), é parte do que acabo de dizer. Acredito firmemente que os pesquisadores têm uma função política: temos o dever de compartilhar os arquivos que trazemos à luz. Compartilhá-los significa, como os colegas que trabalham no período medieval vêm fazendo há muito tempo, compilá-los e editá-los. Quando digo política, é antes de tudo do ponto de vista científico: não se pode produzir uma narrativa histórica sem apresentar as fontes, e quando essas fontes são muito difíceis de acessar, elas devem ser editadas da melhor forma possível. A edição consiste, claramente, em transcrever os textos na íntegra, mas também em fazer a história deles: em que contexto foram produzidos? De acordo com qual dispositivo? Quem foi o destinatário? etc... Mas essa função política também deve ser entendida a partir de uma perspectiva “cidadã”. Os arquivos não são reservados aos pesquisadores; não somente eles não nos pertencem, como não temos direito nenhum sobre as vidas que narram. É também por isso que *Le Livre des vies coupables* começa com estas palavras: “O historiador é um ladrão”. Se não compartilhamos, se não submetemos à leitura de todos e todas, então somos como ladrões de túmulos, como profanadores. O mínimo que podemos fazer a partir do momento em que nos apropriamos da vida sem sermos convidados é contribuir para o surgimento de uma narrativa que foi silenciada. Acho que foi por isso que decidi publicar esses textos autobiográficos: contribuir para o conhecimento da história das prisões ao dar aos leitores e leitoras algo além dos relatos de guardas ou das descrições de criminologistas.

Tempo & Argumento: *Você trabalhou também com tatuagens de presos. Como você vê a tatuagem como objeto de pesquisa?*

Philippe Artières: As tatuagens no século XIX na França foram objeto de um olhar inédito, das quais a prisão foi o teatro. Se lermos o trabalho desses médicos legistas, mas também dos dermatologistas, percebemos, por um lado, que, ao contrário da ideia que ainda é muitas vezes veiculada

de que a prática da tatuagem é dos presos, a tatuagem é muito comum entre as classes populares da cidade e do campo. Muitas vezes é um diário da vida que se escreve na própria pele: a entrada na oficina, o nome da primeira mulher amada, um compromisso político, o número do alistamento militar etc., uma espécie de grau zero da autobiografia. A prisão, como o navio ou o asilo, é o lugar onde os médicos observam, registram e fazem falar essas “cicatrices vivas”. É claro que, para os pesquisadores, é complicado trabalhar nesses arquivos de vida: na verdade, eles só chegam até nós pelo olhar dos médicos. Mas não é sempre assim, e não seria uma ilusão acreditar que existem “arquivos brutos”? Por definição, o rastro não é senão uma pegada. Temos que lidar com isso. Tentar nesse vazio não imaginar, mas inventar um pouco de plenitude. É também por isso que a história, incluindo a história contemporânea, é um saber frágil que não pode, por essa razão, ser individual. A história é coletiva ou não é. Sobre esse objeto que é a tatuagem, vemos que a prática contemporânea pouco tem a ver com as de mulheres e homens do século XIX. É também isso que esses objetos nos ensinam: a história do corpo não é um domínio particular, ela deve estar sempre em nosso questionário. O mesmo vale para a palavra escrita, como tentei mostrar. Quando estamos diante de um documento, devemos constantemente nos perguntar como ele chegou até nós, qual é sua materialidade, suas condições de produção, seus leitores antes de nós... Isso requer muita humildade.